

São Paulo, 12 de março de 2018

Esclarecimentos aos pais ou responsáveis pelas crianças matriculadas nas Unidades de educação Infantil da rede direta da cidade de São Paulo. (CEIs/CEMEIs e EMEIs).

Prezados,

Vimos por meio desta, explicar os motivos que têm levado a nossa escola a paralisar o atendimento às nossas crianças.

Assim como fez o presidente Michel Temer, que enviou ao Congresso Nacional uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional), alterando as atuais regras da Previdência Pública no Brasil acabando com a Aposentadoria dos trabalhadores - mas que graças à resistência popular foi retirada da pauta de votações em 19 de fevereiro -, em São Paulo, o prefeito João Dória encaminhou um Projeto à Câmara Municipal para reformar a Previdência dos servidores com as mesmas justificativas de Temer, ou seja, alegando falta de recursos e transferindo a responsabilidade para os trabalhadores.

Nessa proposta Dória aumenta os descontos na folha de pagamento dos servidores, de 11% para até 19%, que somados ao desconto do Imposto de Renda, pode representar, na maioria dos casos, descontos salariais de até 46%.

O governo interrompeu as negociações com os sindicatos e Dória ordenou que quer o projeto votado até 31 de março, na Câmara Municipal.

Estamos solicitando aos vereadores que retirem o projeto de pauta e aprovem a criação de uma comissão de estudos que submeterá os números apresentados pelo governo no projeto, a uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas do Município. Só depois disso, sugerimos discutir com todos os sindicatos, a proposta de previdência que Dória quer impor aos servidores, caso verifique-se a necessidade de mudanças mas, contudo, sem elevar as alíquotas de contribuição.

Sugerimos à Prefeitura que ao invés de elevar a contribuição dos funcionários, cobre as taxas e impostos municipais, sonogados todos os anos pelos bancos e as grandes empresas, para que esses recursos sejam investidos na melhoria dos serviços prestados para a população e na valorização dos servidores. Mas tal proposta não foi aceita.

O Governo tem feito uma propaganda alegando altos salários pagos aos professores. Sugerimos que perguntem aos educadores de seus filhos o quanto recebem por mês. A grande maioria dos professores/as, a exemplo de outros servidores, para sobreviverem se vêm obrigados a darem aulas em duas ou mais escolas ou realizarem outros trabalhos extras. O Brasil é um dos países que paga os mais baixos salários para professores e funcionários do quadro de apoio a educação. Os professores do município, para se aposentarem com um salário um pouco melhor, dedicam anos de estudos para poderem minimamente evoluírem em suas carreiras.

Dória ordenou aos vereadores/as que o apoiem aprovarem o projeto até o dia 31 de março. O governo, para acelerar a votação do projeto, marcou para o próximo 15 de março uma audiência pública ocasião na qual tentaremos novamente convencer os vereadores a aprovarem a criação da comissão de estudos, que terá um prazo de 60 a 90 dias para checar os números e argumentos apresentados pela Prefeitura.

Portanto, no dia 15 de março, faremos nova paralisação e a exemplo de outros sindicatos que já deflagraram greve, caso não retirem o projeto, decidiremos em assembleia se vamos ou não aderir ao movimento grevista e por tempo indeterminado. Só não fizemos greve antes, para que os senhores e senhoras pudessem se organizar frente a possível interrupção do atendimento.

Queremos uma Educação de qualidade para nossos alunos, lutamos também por isso. Lamentamos o desconforto da interrupção do atendimento, mas somos trabalhadores e precisamos impedir retrocessos aos poucos direitos que conquistamos através de muitas lutas e anos de dedicação ao trabalho que amamos.

Esperamos contar com a compreensão de todos e os convidamos para estarem conosco nesta luta.

Nenhum direito a menos! Nenhum desconto a mais!